



## Município de Patos de Minas Secretaria Municipal de Administração

### EDITAL DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 452/2016 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 22/2016

#### **EXCLUSIVO PARA ME/EPP**

**OBJETO:** Contratação de serviços para implementação de normas aeronáuticas com levantamentos, estudo funcional, supervisão geral e projeto para prestação de serviços que permita o funcionamento regular do aeródromo do município de Patos de Minas “Pedro Pereira dos Santos”.

- **INÍCIO ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS COMERCIAIS:**  
Dia 21/10/2016 às 08(oito) horas.
- **LIMITE ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS COMERCIAIS:**  
Dia 07/11/2016 às 08(oito) horas.
- **ABERTURA DAS PROPOSTAS COMERCIAIS:**  
Dia 07/11/2016 às 08(oito) horas.
- **ABERTURA DA SESSÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO:**  
Dia 07/11/2016 às 09(nove) horas.

Não havendo expediente na data supracitada, a data limite para encaminhamento das Propostas Comerciais, bem como a data para a sessão do Pregão ficará prorrogada para o primeiro dia útil subsequente, nos mesmos horários.

- **TEMPO DA DISPUTA:** O tempo inicial da disputa será encerrado por decisão do(a) Pregoeiro(a), seguindo-se um tempo aleatório de até 30 (trinta) minutos.
- **SITE PARA REALIZAÇÃO DO PREGÃO:** [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br)
- **CONSULTAS AO EDITAL E DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES:** na *internet*, nos *sites* [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br) e [www.patosdeminas.mg.gov.br](http://www.patosdeminas.mg.gov.br), ou na sala da Gerência de Compras e Licitação, à Rua Dr. José Olympio de Melo, 151 – Eldorado – Patos de Minas/MG, de 07:00h às 11:00h e de 13:00h até 17:00 horas.
- **ESCLARECIMENTOS:** *e-mail* [compras@patosdeminas.mg.gov.br](mailto:compras@patosdeminas.mg.gov.br), telefones (34) 3822-9642 / 3822-9840 / 3822-9607, ou na sala da Gerência de Compras e Licitações.
- **REFERÊNCIA DE TEMPO:** Horário de Brasília.



## Município de Patos de Minas Secretaria Municipal de Administração

### PREÂMBULO

O Município de Patos de Minas/MG, com endereço à Rua Dr. José Olympio de Melo, 151 – Eldorado – Patos de Minas/MG, CEP 38.700-900, inscrito no CNPJ sob o nº18.602.011/0001-07, isento de inscrição estadual, torna pública a abertura do **Processo Administrativo nº 452/2016, licitação** na modalidade **Pregão Eletrônico nº 22/2016, do tipo menor preço por lote**, regido pela Lei Federal nº 10.520, de 17/7/2002, Decreto Municipal nº 3.401 de 06/12/2010, Lei Federal nº 8.666/93, de 21/06/1993, Lei Complementar nº 123 de 14/12/2006 e suas alterações, e demais condições fixadas neste edital. **Este procedimento licitatório será exclusivo para Microempresas, Empresas de Pequeno Porte ou equiparadas, em conformidade e atendendo ao disposto nos artigos 47 e 48 da Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações e nos artigos 38 e 39 da Lei Complementar Municipal nº 355/2011 e Decreto Municipal nº 8538/2015.**

### I - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

O Pregão será realizado em sessão pública, por meio da *internet*, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases.

Os trabalhos serão conduzidos pelo(a) Pregoeiro(a) do Município de Patos de Minas/MG e Equipe de Apoio, legalmente designados pela Portaria nº 3.660 de 07/10/2016, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para a “Plataforma LICITANET – Licitações On-Line” constante da página eletrônica [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br).

### II – OBJETO

Contratação de serviços para implementação de normas aeronáuticas com levantamentos, estudo funcional, supervisão geral e projeto para prestação de serviços que permita o funcionamento regular do aeródromo do município de Patos de Minas “Pedro Pereira dos Santos”.

Havendo qualquer divergência entre as especificações do material constante do sistema LICITANET e as presentes neste edital, prevalecerão às últimas.



## Município de Patos de Minas Secretaria Municipal de Administração

### III - ÁREA SOLICITANTE

- SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

### IV - CONSULTAS, ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

Cópia deste edital encontra-se disponível na internet, nos *sites* [www.patosdeminas.mg.gov.br](http://www.patosdeminas.mg.gov.br) e [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br) e permanecerá afixada no quadro de avisos localizado no hall de entrada (andar térreo) do Edifício-Sede da Prefeitura Municipal de Patos de Minas/MG. Caso haja interesse em adquirir o **edital impresso**, o licitante deverá procurar o Setor de Xerox da Prefeitura, situado à Rua Dr. José Olympio de Melo, nº. 151, 1º andar, onde será cobrado por folha xerocada.

2 - As empresas e/ou representantes que tiverem interesse em participar do certame obrigam-se a acompanhar as publicações referentes ao processo nos *sites* [www.patosdeminas.mg.gov.br](http://www.patosdeminas.mg.gov.br) e [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br), bem como as publicações no Diário Oficial “Minas Gerais”, Diário Oficial da União, quando for o caso, com vista a possíveis alterações e avisos.

3 – Impugnações aos termos do Edital poderão ser interpostas por cidadão até o 5º dia útil, e por licitantes até o 2º dia útil, que anteceder a abertura das propostas, mediante petição a ser enviada, preferencialmente, para o endereço eletrônico [compras@patosdeminas.mg.gov.br](mailto:compras@patosdeminas.mg.gov.br), ou protocolizadas no Setor de Protocolos, dirigidas ao Pregoeiro, que deverá decidir sobre a petição.

3.1 - A petição deverá ser assinada pelo cidadão, acompanhada de cópia de seu documento de identificação e CPF, ou pelo representante legal ou credenciado do licitante, com indicação de sua razão social, número do CNPJ e endereço, acompanhado de cópia do documento de identificação e CPF do signatário e comprovante do poder de representação legal (contrato social, se sócio, contrato social e procuração, se procurador, somente procuração, se pública).

3.2 - O Município de Patos de Minas não se responsabilizará por impugnações endereçadas por outras formas ou outros endereços eletrônicos, e caso não tenha sido acusado recebimento pelo Pregoeiro, e que, por isso, sejam intempestivas.

3.3 - Acolhida a impugnação, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

3.4 - A decisão do Pregoeiro será enviada ao impugnante por e-mail, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, e será divulgada no site deste Município para conhecimento de todos os interessados.



## Município de Patos de Minas Secretaria Municipal de Administração

4 – As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas nos sites [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br) e [www.patosdeminas.mg.gov.br](http://www.patosdeminas.mg.gov.br) para conhecimento de todos os interessados.

### V - CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

1 - Poderão participar desta licitação, toda e qualquer Pessoa Jurídica (**ME/EPP OU EQUIPARADAS**), regularmente estabelecida no País, que seja credenciada no objeto desta licitação e que satisfaça todas as exigências, especificações e normas contidas neste Edital e seus anexos.

1.2. O licitante deverá estar devidamente cadastrado junto à **LICITANET – Licitações On-line**, no sítio [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br).

1.3. Em se tratando de Microempresa – ME, ou Empresa de Pequeno Porte – EPP, a aprovação desta condição será efetuada mediante certidão, expedida pela Junta Comercial e deverá ocorrer do credenciamento, sob pena de não aplicação dos efeitos da Lei Complementar nº 123/2006.

1.4. O custo de operacionalização pelo uso da Plataforma de Pregão Eletrônico, a título de remuneração pela utilização dos recursos da tecnologia da informação ficará a cargo do licitante, que poderá escolher entre os Planos de Adesão disponíveis no site detentor da plataforma eletrônica ([www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br)).

1.5. O referido pagamento/remuneração que será realizado ao detentor da plataforma eletrônica possui amparo legal no inciso III do art. 5º da Lei nº 10.520/02.

1.6. Correrá por conta das licitantes todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas, não sendo devida nenhuma indenização às licitantes pela realização de tais atos.

2 - Os licitantes deverão manifestar, em campo próprio do aplicativo, que cumprem plenamente os requisitos de habilitação.

3 - Não poderão concorrer, direta ou indiretamente, nesta licitação:

3.1 - Empresas em estado de falência, concordata ou em processo de recuperação judicial, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação.

3.2 - Empresas que estejam **punidas com suspensão do direito de contratar ou licitar** neste Município ou que tenham sido **declaradas inidôneas** por qualquer órgão da Administração Pública direta ou indireta, Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal.

3.3 - Quaisquer servidores públicos vinculados ao órgão promotor da licitação, bem assim a empresa ou instituição que tenha em seu quadro societário, dirigente ou responsável técnico que seja também servidor público vinculado;



## Município de Patos de Minas Secretaria Municipal de Administração

3.4 – Empresas estrangeiras que não funcionam no país, nem aqueles que tenham sido declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, ou punidos com suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública;

3.5 – Empresas que possuam sócio, diretor ou responsável técnico que tenha tido vínculo empregatício com o Município há menos de 180 (cento e oitenta) dias, anteriores à data da publicação deste edital;

3.6 – Empresas em consórcio<sup>1</sup>;

3.7 – Cujo objeto social não seja compatível com o objeto desta licitação.

4 - A observância das vedações do item 3 e subitens, é de inteira responsabilidade da licitante que, pelo descumprimento, sujeita-se às penalidades cabíveis.

**4.1 - Qualquer informação incompleta ou inverídica, apurada pelo(a) Pregoeiro(a), mediante simples conferência ou diligência, implicará na não habilitação da respectiva licitante e envio dos documentos para o M.P.M.G (Ministério Público de Minas Gerais), para apuração, se possível, de prática delituosa, conforme art. 89 e seguintes da Lei nº 8.666/93.**

### VI - PROPOSTA COMERCIAL

1 - A Proposta Comercial, contemplando o **valor do lote**, deverá ser encaminhada por meio do sistema eletrônico, até a data e horário marcados para abertura das propostas.

1.1 - Deverá ser inserido, no campo próprio do sistema eletrônico, o **valor do lote**;

1.2 - Os valores deverão ser expressos em moeda corrente do país, **com no máximo 2 (duas) casas decimais**;

1.3 - O licitante deverá formular os lances referentes à integralidade do lote, não se admitindo propostas para fornecimento parcial;

**1.4 - O licitante que cumprir os requisitos legais para qualificação como Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, e que não estiver sujeito a quaisquer dos impedimentos do § 4º deste artigo, caso tenha interesse em usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da lei citada, deverá declarar, em campo próprio, no sistema eletrônico, sua condição de ME ou EPP;**

---

<sup>1</sup> **NOTA EXPLICATIVA:** Considerando que é ato discricionário da Administração diante da avaliação de conveniência e oportunidade no caso concreto; e considerando que existem no mercado diversas empresas com potencial técnico, profissional e operacional, suficiente para atender satisfatoriamente às exigências previstas neste edital, entende-se que é conveniente a vedação de participação de empresas em “consórcio” no Pregão Eletrônico nº 22/2016.



## Município de Patos de Minas Secretaria Municipal de Administração

**1.4.1 – O licitante que declarar no sistema eletrônico, em campo próprio, sua condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte deverá comprovar tal condição, mediante apresentação da certidão expedida pela Junta Comercial, em que conste a condição de ME ou EPP, conforme artigo 1º e 8º da Instrução Normativa nº 103 de 30/04/2007 do Departamento Nacional de Registro do Comércio – DNRC.**

**1.4.2 - O licitante que apresentar declaração falsa responderá por seus atos, civil, penal e administrativamente.**

**1.5 - A proposta e os lances deverão conter todos os tributos inerentes ao produto/serviço ofertado.**

2 - As Propostas Comerciais registradas no sistema, pelos licitantes, poderão ser substituídas ou excluídas até a data e horário definidos no Edital para sua abertura.

3 - O licitante classificado, detentor da proposta de menor preço, deverá encaminhar ao(a) Pregoeiro(a), por email: [compras@patosdeminas.mg.gov.br](mailto:compras@patosdeminas.mg.gov.br), em até 4 (quatro) horas após o encerramento da sessão do Pregão, sua Proposta Comercial **AJUSTADA AO PREÇO FINAL**.

4 - A Proposta Comercial, ajustada ao preço final, poderá ser apresentada conforme Modelo do **Anexo II**, ou em modelo próprio, desde que contenha todas as informações ali previstas, com identificação da empresa proponente, n.º do CNPJ, endereço, números de telefone e fac-símile, *e-mail* e assinatura do seu representante legal ou credenciado, devidamente identificado e qualificado, sem emendas, borrões, rasuras, ressalvas, entrelinhas ou omissões, salvo se, inequivocamente, tais falhas não acarretarem lesões ao direito dos demais licitantes, prejuízo à administração ou não impedirem a exata compreensão de seu conteúdo, constando:

4.1 - Descrição completa do objeto (marca/modelo) dos produtos/serviços ofertados, conforme especificações constantes dos **Anexos I e II**;

4.2 - Preço unitário e preço total de cada lote, expressos em numeral;

4.3 – O número do CNPJ deve ser o do estabelecimento da licitante que emitirá a nota fiscal eletrônica referente ao objeto licitado, indicação essa, indispensável para emissão do termo contratual, empenho da despesa e realização do pagamento nos termos do Título XV, deste edital.

5 - A Proposta Comercial terá validade por, no mínimo, 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.1 - Caso esse prazo não esteja expressamente indicado na Proposta Comercial, o mesmo será considerado como aceito para efeito de julgamento.



## Município de Patos de Minas Secretaria Municipal de Administração

6 - Decorridos 60 (sessenta) dias da data do recebimento das propostas, sem convocação para a contratação, os licitantes ficam liberados dos compromissos assumidos.

6.1 - Se, por motivo de força maior, a adjudicação não puder ocorrer dentro do período de validade das propostas, ou seja, 60 (sessenta) dias, poderá ser solicitada prorrogação da validade das mesmas a todos os licitantes classificados, por igual prazo, no mínimo, caso persista o interesse do Município de Patos de Minas.

6.2 - A prorrogação das propostas, caso solicitada, nos termos do subitem anterior, dependerá do consentimento dos licitantes quanto à respectiva proposta.

7 - Toda a especificação estabelecida para o objeto será tacitamente aceita pelo licitante, no ato da entrega de sua Proposta Comercial.

8 - O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no Pregão Eletrônico, assumindo como firme e verdadeira sua proposta e lances.

9 - A apresentação da Proposta Comercial pressupõe pleno conhecimento e atendimento às exigências previstas no Edital.

**10 - O preço dos itens deverão ser cotados considerando-se a entrega/prestação do produto/serviço conforme descrito no Projeto Básico/Termo de Referência, incluídos os valores de quaisquer gastos ou despesas com transporte, tributos, fretes, ônus previdenciários e trabalhistas, seguros e outros encargos ou acessórios.**

### VII - DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

1 - O licitante que ofertar o menor preço deverá apresentar por *e-mail* [compras@patosdeminas.mg.gov.br](mailto:compras@patosdeminas.mg.gov.br) ou pessoalmente na Sede da Prefeitura na Diretoria de Suprimentos e Controle Patrimonial, a documentação abaixo relacionada:

#### 1.1- PARA OS LICITANTES DEVIDAMENTE CADASTRADOS NESTA PREFEITURA:

a) Certidão de Registro Cadastral (C.R.C.)<sup>2</sup> emitido pelo Município de Patos de Minas/MG em vigor, sendo que o ramo de atividade deverá ser compatível ao objeto deste edital;

---

<sup>2</sup> NOTA EXPLICATIVA: - A apresentação do CRC não dispensa a apresentação do ato constitutivo, estatuto ou contrato social e alterações em vigor, devidamente registrado, ou instrumento público ou particular de procuração, ou Carta de Credenciamento, com vistas à conferência da assinatura do representante legal aposta nos documentos.  
- No caso de não constar no CRC quaisquer documentos exigidos no item 1.1 deste Título, o licitante deverá complementar a documentação exigida.  
- Para os documentos indicados no CRC que estiverem com os prazos vencidos, deverão ser apresentados novos documentos, em vigor.



## Município de Patos de Minas Secretaria Municipal de Administração

- b) Registro Comercial, no caso de empresa individual, devidamente registrada na Junta Comercial competente;
- c) Ato constitutivo - Estatuto ou Contrato Social<sup>3</sup> e a última alteração em vigor (que poderá ser apresentada na forma consolidada, substituindo o contrato original), devidamente registrada e arquivados na repartição competente, para as Sociedades Comerciais, e, em se tratando de Sociedades por Ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- d) Inscrição do ato constitutivo, no caso de Sociedades Civas, acompanhada de prova da diretoria em exercício;
- e) Decreto de autorização, em se tratando de empresas ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- f) Prova de Inscrição no CNPJ expedida no máximo 90 (noventa) dias antes da data de abertura da licitação;
- g) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e a Seguridade Social, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, em vigor;
- h) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, emitida pela Caixa Econômica Federal, em vigor;
- i) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Estado, em vigor;
- j) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Município. A prova de regularidade com a Fazenda Municipal deverá abranger quaisquer tributos municipais. Em caso de divisão da fiscalização tributária deverão ser apresentadas certidões relativas aos tributos mobiliários e imobiliários, em vigor;
- k) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), em vigor;

---

<sup>3</sup> NOTA EXPLICATIVA: Se as alterações, em sua totalidade, tiverem sido consolidadas num só documento, devidamente registrado na Junta Comercial, bastará à apresentação do contrato social consolidado, documento que consubstancia a consolidação de todas as alterações realizadas. Do contrário, o licitante poderá apresentar a versão original acompanhada das alterações promovidas e registradas no órgão competente.





## Município de Patos de Minas Secretaria Municipal de Administração

l) Declaração da empresa, conforme disposto no Inc. XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal (**ANEXO III**);

m) Declaração de Condição de ME ou EPP (**ANEXO IV**), **se for o caso**;

n) Certidão expedida pela Junta Comercial, em que conste a condição de ME ou EPP, conforme artigo 1º e 8º da Instrução Normativa nº 103 de 30/04/2007 do Departamento Nacional de Registro do Comércio – DNRC, **se for o caso**;

o) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica. Caso o documento não declare sua validade somente será aceito documento expedido no máximo 90 (noventa) dias antes da data do recebimento dos envelopes;

p) Atestado de Capacidade Técnica da Empresa, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, **em papel timbrado**, comprovando a execução satisfatória do objeto da presente licitação, observando-se que tal (is) atestado(s) não seja(m) emitido(s) pela própria empresa ou por empresa do mesmo grupo empresarial. O atestado deverá conter as seguintes informações:

- Nome, CNPJ e endereço completo do emitente;
- Descrição do produto fornecido ou serviço prestado;
- Nome da empresa que prestou(s) o(s) serviço (s);
- Data de emissão;
- Assinatura e identificação do signatário (nome e cargo ou função que exerce junto à emitente).

### **1.2 - PARA OS LICITANTES AINDA NÃO CADASTRADOS NESTA PREFEITURA:**

a) Registro Comercial, no caso de empresa individual, devidamente registrada na Junta Comercial competente;

b) Ato constitutivo - Estatuto ou Contrato Social<sup>4</sup> e a última alteração em vigor (que poderá ser apresentada na forma consolidada, substituindo o contrato original), devidamente registrada e arquivados na repartição competente, para as Sociedades Comerciais, e, em se tratando de Sociedades por Ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

---

<sup>4</sup> NOTA EXPLICATIVA: Se as alterações, em sua totalidade, tiverem sido consolidadas num só documento, devidamente registrado na Junta Comercial, bastará a apresentação do contrato social consolidado, documento que consubstancia a consolidação de todas as alterações realizadas. Do contrário, o licitante poderá apresentar a versão original acompanhada das alterações promovidas e registradas no órgão competente.



## Município de Patos de Minas Secretaria Municipal de Administração

- c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de Sociedades Civas, acompanhada de prova da diretoria em exercício;
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresas ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- e) Prova de Inscrição no CNPJ expedida no máximo 90 (noventa) dias antes da data de abertura da licitação;
- f) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e a Seguridade Social, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, em vigor;
- g) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, emitida pela Caixa Econômica Federal, em vigor;
- h) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Estado, em vigor;
- i) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Município. A prova de regularidade com a Fazenda Municipal deverá abranger quaisquer tributos municipais. Em caso de divisão da fiscalização tributária deverão ser apresentadas certidões relativas aos tributos mobiliários e imobiliários, em vigor;
- j) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), em vigor;
- k) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica. Caso o documento não declare sua validade somente será aceito documento expedido no máximo 90 (noventa) dias antes da data do recebimento dos envelopes;
- l) Declaração da empresa, conforme disposto no Inc. XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal (**ANEXO III**);
- m) Declaração de Condição de ME ou EPP (**ANEXO IV**), **se for o caso**;
- n) Certidão expedida pela Junta Comercial, em que conste a condição de ME ou EPP, conforme artigo 1º e 8º da Instrução Normativa nº 103 de 30/04/2007 do Departamento Nacional de Registro do Comércio – DNRC, **se for o caso**;
- o) Atestado de Capacidade Técnica da Empresa, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, **em papel timbrado**, comprovando a execução satisfatória do objeto da



## Município de Patos de Minas Secretaria Municipal de Administração

presente licitação, observando-se que tal (is) atestado(s) não seja(m) emitido(s) pela própria empresa ou por empresa do mesmo grupo empresarial. O atestado deverá conter as seguintes informações:

- Nome, CNPJ e endereço completo do emitente;
- Descrição do produto fornecido ou serviço prestado;
- Nome da empresa que prestou(s) o(s) serviço (s);
- Data de emissão;
- Assinatura e identificação do signatário (nome e cargo ou função que exerce junto à emitente).

**2 -** O objeto social descrito no ato constitutivo referente às alíneas a, b, c e d deste subitem (1.1 e 1.2) deverão possuir ramo de atividade compatível ao objeto deste edital.

**3 -** Qualquer informação incompleta ou inverídica constante dos documentos de capacitação técnica apurada pelo(a) Pregoeiro(a), mediante simples conferência ou diligência, implicará na inabilitação da respectiva licitante e envio dos documentos para o M.P.M.G (Ministério Público de Minas Gerais), para apuração, se possível, de prática delituosa, conforme art. 89 e seguintes da Lei 8.666/93.

**4 - Não serão aceitos protocolos de pedidos ou solicitações de documentos, em substituição aos documentos requeridos no presente Edital.**

**5 - O(a) Pregoeiro(a) e a equipe de apoio efetuarão consulta ao site da Receita Federal para certificação sobre a regularidade da inscrição da empresa no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ, em observância à legislação pertinente, confirmando, ainda, a autenticidade dos demais documentos extraídos pela internet, junto aos sites dos órgãos emissores, para fins de habilitação;**

**5.1 -** Os documentos exigidos neste Edital poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente, ou pelo Pregoeiro (a), ou publicação em órgão da imprensa oficial, nos termos do art. 32, caput, c/c art. 38, inciso IV, ambos da Lei 8.666/93, com exceção dos extraídos pela intranet, com vigência plena na data fixada para sua apresentação

**5.2 -** O(a) Pregoeiro(a), quando julgar necessário, poderá determinar a apresentação do documento original em 2 (dois) dias, com vistas à confirmação da autenticidade.

**5.3 -** O prazo acima poderá ser prorrogado, a pedido do licitante, com justificativa aceita pelo(a) Pregoeiro(a), desde que apresentado requerimento no prazo inicialmente concedido.



## Município de Patos de Minas Secretaria Municipal de Administração

**6** - Todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome do licitante, com o número do CNPJ e, preferencialmente, com endereço respectivo, devendo ser observado o seguinte (condição válida, também, para o pagamento, se for o caso):

**6.1** – Se o licitante for à matriz<sup>5</sup>, todos os documentos deverão estar com o número do CNPJ da matriz, ou;

**6.2** – Se o licitante for à filial, todos os documentos deverão estar com o número do CNPJ da filial, exceto quanto à Certidão Negativa de Débito junto ao INSS, por constar no próprio documento que é válido para matriz e filiais, bem assim quanto ao Certificado de Regularidade do FGTS, quando o licitante tenha o recolhimento dos encargos centralizado, devendo, desta forma, apresentar o documento comprobatório de autorização para a centralização;

**6.3** – Serão dispensados da apresentação de documentos com o número do CNPJ da filial aqueles documentos que, pela própria natureza, forem emitidos somente em nome da matriz;

**7** – O licitante que ofertar o menor preço por lote e que não apresentar todos os documentos acima exigidos, ou que os apresentarem incompletos, incorretos ou com a validade expirada, poderá ser inabilitado, não se admitindo complementação posterior ao prazo máximo, estabelecido neste edital, para a apresentação da documentação, de acordo com o Título VII, item 8 e seus subitens;

**8** - As ME e EPP deverão apresentar toda a documentação exigida para a habilitação, inclusive os documentos comprobatórios da regularidade fiscal, mesmo que estes apresentem alguma restrição;

**8.1** - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, a licitante será habilitada e declarada vencedora do certame na sessão do Pregão, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar nº 147/2014. A licitante declarada vencedora será notificada para no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, regularizar a documentação;

**8.2** - A prorrogação do prazo para a regularização fiscal dependerá de requerimento, devidamente fundamentado, a ser dirigido ao Pregoeiro;

**8.3** - A não-regularização da situação fiscal, no prazo e condições disciplinadas no subitem 8.1, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, com base no art. 81 da Lei no 8.666/93 e art. 7º da Lei nº 10.520/02, sendo facultado à

---

<sup>5</sup> NOTA EXPLICATIVA: Embora a matriz e a filial sejam estabelecimentos de uma mesma pessoa jurídica, o direito tributário confere tratamento específico aos diferentes estabelecimentos empresariais, considerando cada um deles um domicílio tributário. Logo, se a filial for à empresa a ser contratada para executar o objeto, o documento de regularidade fiscal deve ser apresentado em nome e de acordo com o seu CNPJ.



## Município de Patos de Minas Secretaria Municipal de Administração

Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

**9** - As certidões apresentadas com a validade expirada acarretarão a inabilitação do proponente salvo o disposto na Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações;

**10** - As Certidões que não possuem prazo de validade, somente serão aceitas com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias consecutivos de antecedência da data de abertura da sessão deste Pregão Eletrônico;

**11**- Constatado o pleno atendimento dos requisitos de habilitação previstos neste edital e seus anexos, será declarado pelo(a) Pregoeiro(a) o vencedor do certame, sendo-lhe adjudicado o objeto;

**12** - Caso o proponente não atenda às exigências habilitatórias ou se não for possível assinar o contrato e/ou outro documento equivalente com o licitante vencedor, o(a) Pregoeiro(a) examinará as ofertas subsequentes e a qualificação dos licitantes, na ordem de classificação, até apurar a melhor proposta válida;

**13** - Na situação prevista no item acima, o(a) Pregoeiro(a) poderá negociar diretamente com a proponente para que seja obtido preço melhor;

**14** - A apresentação dos documentos em desacordo com o previsto neste Título, ou sua ausência, inabilitará o licitante, sendo aplicado o disposto no item 8 subitem 8.3.

### **VIII - CRITÉRIOS DE JULGAMENTO**

**1** - O critério de julgamento será o de **menor valor total do lote**, devendo ser observadas as especificações e demais condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

**2** - Será desclassificada a Proposta Comercial que:

**2.1** - não se refira à integralidade do objeto;

**2.2** - não atenda às exigências estabelecidas no Edital ou em diligência;

**2.3** - que apresentem preços simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado acrescido dos respectivos encargos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do licitante, para os quais ele renuncie à parcela ou à totalidade da remuneração; ou superestimados ou manifestamente inexequíveis, assim considerados nos termos do disposto no art. 44, § 3º e art. 48, II da Lei Federal nº 8.666/93;

**2.3.1** – Se o Pregoeiro(a) entender que o preço é inexequível, fixará prazo para que o licitante demonstre a exequibilidade de seu preço por meio de planilha de custos ou outros documentos;



## Município de Patos de Minas Secretaria Municipal de Administração

2.3.2 – Não havendo a comprovação da exequibilidade do preço, a proposta será desclassificada, sujeitando-se o licitante às sanções legais;

2.4 - não indicar expressamente a **marca** do produto ofertado, ou acrescentar expressões como “referência”, “similar” ou “conforme nossa disponibilidade de estoque”.

3 - Quaisquer erros de soma e/ou multiplicação apurados na Proposta Comercial serão corrigidos pela Equipe de Apoio.

3.1 - Serão corrigidos os valores dos preços unitários ou do preço total do item, conforme a divergência apurada, de forma a prevalecer, sempre, o valor total menor ou igual ao valor do lance ofertado na sessão do Pregão ou o valor negociado com (o)a Pregoeiro(a), após diligência e mediante expressa anuência do licitante.

3.1.1 - Após anuência do licitante, a correção será consignada em ata de julgamento.

3.2 - Serão desconsiderados valores a partir da segunda casa decimal.

4 - O(a) Pregoeiro(a) poderá, no julgamento das propostas, desconsiderar evidentes falhas formais sanáveis e que não afetem o seu conteúdo.

5- Para cumprimento do disposto no art. 48 da Lei Complementar n.º 147, incisos I e III, O objeto desta licitação está dividido em lotes com participação exclusiva para ME/EPP.

### IX - CREDENCIAMENTO NO APLICATIVO LICITAÇÕES

1.1. A participação do licitante no pregão eletrônico se dará exclusivamente através de **Home Broker**, o qual deverá manifestar em campo próprio da Plataforma Eletrônica, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

1.2. O acesso do licitante ao pregão eletrônico, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, somente se dará mediante prévio cadastramento a **LICITANET – Licitações On-line**.

1.3. O login e a senha do licitante poderão ser utilizados em qualquer pregão eletrônico, salvo quando suspensas por inadimplência do licitante junto a **LICITANET – Licitações On-line**, ou canceladas por solicitação do licitante.

a) A manutenção ou alteração da Senha de Acesso será feita através de pedido do licitante junto ao e-mail **contato@licitanet.com.br**, sendo enviada para seu e-mail a nova senha de forma imediata.

1.4. É de exclusiva responsabilidade do licitante o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada, não cabendo a **LICITANET – Licitações On-line** a



## Município de Patos de Minas Secretaria Municipal de Administração

responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

1.5. O cadastramento do licitante junto a Plataforma de Pregão Eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao certame.

### **X - PARTICIPAÇÃO E PROCEDIMENTOS DA SESSÃO DO PREGÃO**

1 - A participação no Pregão Eletrônico dar-se-á por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da Proposta Comercial por meio do sistema eletrônico, observados data e horário limite estabelecidos à fl. 1 deste edital.

1.1 - Informações relativas aos dados para acesso e encaminhamento da proposta, devem ser feitas na página inicial do *site* [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br), opção “**Acessar Sistema**”.

2 - Na data e hora estabelecidas neste edital, a sessão pública do Pregão Eletrônico será iniciada com a abertura e divulgação das Propostas Comerciais, sendo avaliada a aceitabilidade das mesmas pelo(a) Pregoeiro(a), mantido o sigilo estabelecido pelo sistema.

3 - Aberta a etapa competitiva, os representantes dos licitantes deverão estar conectados ao sistema para participar da etapa de lances, exclusivamente pelo meio eletrônico, observado o horário de duração e as regras estabelecidas neste edital.

3.1 - O licitante deverá acessar o menu **Disputa** no campo correspondente, disponível na página inicial do *sistema*;

3.2 - O licitante poderá clicar no ícone “Sala de Disputa” para visualizar a relação dos lances, seus valores, bem como o valor do menor lance;

3.3- O sistema não divulgará a razão social das empresas licitantes.

4 - A cada lance ofertado o licitante será imediatamente informado pelo sistema sobre seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

5 - Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado no sistema em primeiro lugar.

6 - Durante o transcurso da etapa de lances, será informado, em tempo real, o valor do menor lance de cada licitante registrado pelo sistema.

7 - O licitante poderá encaminhar lance com valor superior ao menor registrado, desde que seja inferior ao seu último lance ofertado e diferente de qualquer outro válido para o lote.



## Município de Patos de Minas Secretaria Municipal de Administração

8 - Permanecerá válida a proposta comercial encaminhada pelo sistema na hipótese do licitante não encaminhar lances, sendo considerada para a classificação final.

9 - Se os licitantes não ofertarem lances será verificada a conformidade da proposta de menor preço em relação ao valor estimado da contratação.

10 - A etapa inicial de lances será encerrada por decisão do(a) Pregoeiro(a), **após a qual transcorrerá período de tempo randômico de até 30 (trinta) minutos, determinado pelo sistema eletrônico, durante o qual ainda será possível o encaminhamento de lances.**

10.1 - Encerrado o tempo randômico, automaticamente, pelo sistema, estará encerrada a recepção de lances.

11 - Havendo desconexão com o(a) Pregoeiro(a) no decorrer da etapa de lances, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para recepção de lances. O(a) Pregoeiro(a), quando possível, continuará a gerenciar a sessão, sem prejuízo dos atos realizados.

11.1 - Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa e será reiniciada, somente após marcação de nova data e horário, através de comunicação expressa aos licitantes.

12 - O sistema informará a proposta de menor preço imediatamente após o encerramento da etapa de lances e identificará o licitante que estiver nas condições de ME ou EPP.

13 - Se a proposta mais bem classificada não tiver sido ofertada por ME ou EPP e houver proposta apresentada por ME ou EPP com valor até 5% (cinco por cento) superior ao melhor preço, estará configurado o empate previsto no art. 44, § 2º da Lei Complementar nº 123/06.

14 - Ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

14.1 - A ME ou a EPP mais bem classificada será convocada para, no prazo de 5 (cinco) minutos, apresentar nova proposta de preço inferior àquela considerada classificada em 1º lugar no certame, sob pena de preclusão do exercício do direito de preferência.

14.2 - Caso a ME ou EPP mais bem classificada, em situação de empate ficto, utilize seu direito de preferência, será classificada em primeiro lugar e dar-se-á prosseguimento à sessão.

14.3 - Se a ME ou EPP mais bem classificada não exercer o seu direito, na forma do subitem anterior, serão convocadas as demais ME ou EPP remanescentes, cujas propostas estiverem no limite estabelecido no item 13 deste título, na ordem de classificação, para o exercício do direito de preferência.

14.4 - No caso de equivalência dos valores apresentados pelas ME ou EPP que se encontrem nesse limite, o sistema realizará sorteio, entre essas empresas, para definir a que primeiro poderá apresentar novo lance.





## Município de Patos de Minas Secretaria Municipal de Administração

14.5 - Não havendo ME ou EPP em situação de empate ficto, que utilize o direito de preferência, prosseguir-se-á a sessão observando-se a classificação da etapa de lances.

14.6 - Será classificado em primeiro lugar o licitante que, ao final da etapa de lances, após aplicação do direito de preferência instituído pela Lei Complementar nº 123/06, ofertar o menor preço.

15 - As etapas seguintes serão realizadas ainda na “sala de disputa” através da aba “Pendente”.

**16 – Não serão adquiridos produtos/serviços que estiverem acima do valor de referência desta licitação.**

17 - O(a) Pregoeiro(a) poderá encaminhar contraproposta diretamente ao licitante que tiver apresentado o lance de menor preço via Chat, para que possa ser obtida melhor proposta, bem como decidir sobre sua aceitação;

18 - O licitante detentor do menor preço poderá negociar com o(a) Pregoeiro(a) logo que o mesmo clicar no botão “Negociação”, podendo dar lances no local apropriado;

19 - Os licitantes, a qualquer momento, poderão registrar seus questionamentos para o(a) Pregoeiro(a), via Sistema, acessando “Chat Mensagens” e “Enviar Mensagem”. Essa opção ficará disponível até o momento em que o(a) Pregoeiro(a) declarar o licitante vencedor do lote. Todas as mensagens constarão do histórico da “Ata Parcial”;

20 - Os questionamentos formulados pelos licitantes serão respondidos no “Chat Mensagens”;

21 - Quando necessário, o(a) Pregoeiro(a) poderá estabelecer prazo para que o licitante demonstre a exequibilidade de seus preços por meio de documentos;

**22 - Sendo aceitável a oferta de menor preço, o licitante deverá encaminhar ao(a) Pregoeiro(a), sob pena de desclassificação:**

**22.1 - No prazo máximo de 4 (quatro) horas após encerrada a sessão do Pregão, via email: [compras@patosdeminas.mg.gov.br](mailto:compras@patosdeminas.mg.gov.br):** a Documentação de Habilitação prevista no Título VII; a Proposta Comercial ajustada ao preço final, planilhas, prospecto, ficha técnica ou outros documentos com informações que permitam a perfeita identificação e/ou qualificação do(s) objeto(s) **se for o caso**; a Declaração do Anexo VI e Certidão expedida pela Junta Comercial, em que conste a condição de ME ou EPP, conforme artigo 1º e 8º da Instrução Normativa nº 103 de 30/04/2007 do Departamento Nacional de Registro do Comércio – DNRC.

**22.2.1 - O(a) Pregoeiro(a), quando julgar necessário, poderá determinar a apresentação do documento original em 2 (dois) dias, com vistas à confirmação da autenticidade.**

22.2.2 - Os prazos acima poderão ser prorrogados, a pedido do licitante, com justificativa aceita pelo(a) Pregoeiro(a).



## Município de Patos de Minas Secretaria Municipal de Administração

23 - Após a análise da proposta e da documentação enviada via email, o(a) Pregoeiro(a) poderá declarar o vencedor da disputa no sistema.

24 - Declarado o vencedor e disparado o aviso de recurso no chat, qualquer licitante que desejar poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer dentro do prazo de **03 (três) minutos** clicando no botão **RECURSO**.

24.1 - O licitante interessado em recorrer deverá manifestar, **motivadamente**, a intenção de interpor recurso em local próprio sua intenção com registro da síntese das suas razões, **exclusivamente** via sistema, durante o prazo estipulado no Item 24, imediatamente posteriores ao ato do(a) Pregoeiro(a) que declarou o vencedor do certame, **sob pena de decadência do direito de recurso**;

a) Ao(a) Pregoeiro(a) caberá o juízo de admissibilidade.

a.1) Não serão recebidos recurso sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não for suficientemente justificada e fundamentada a intenção de interpor o recurso pelo licitante;

b) Aceito o recurso pelo(a) Pregoeiro(a), será facultado ao licitante juntar memoriais no prazo de **03 (três) dias úteis**.

c) Aos demais licitantes ficam, desde logo, intimados a apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente;

24.2 - O licitante cuja Proposta Comercial tenha sido desclassificada antes da etapa de lances, interessado em recorrer, também deverá manifestar a sua intenção de interpor recurso.

25 - No caso de desclassificação da proposta de menor preço ou inabilitação do licitante, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta ou lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e habilitação do licitante, na ordem de classificação e, assim, sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda às exigências deste Edital.

25.1 - Nessa etapa o(a) Pregoeiro(a), também, poderá negociar o preço com o licitante, para que sejam obtidas melhores condições para o Município de Patos de Minas.

25.2 - Existindo ME ou EPP remanescente, no intervalo do empate ficto, ocorrendo a hipótese do *caput*, voltar-se-á a etapa correspondente ao subitem 14.1 deste título.

26 - O sistema gerará ata circunstanciada da sessão, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes, ficando a mesma disponível para consulta no *site* [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br);

26.1 - Quando necessário, o(a) Pregoeiro(a) e a Equipe de Apoio poderão complementar as informações da Ata gerada pelo sistema LICITANET, por meio de Ata Interna, que será juntada aos autos referentes ao certame;



## Município de Patos de Minas Secretaria Municipal de Administração

27 - Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da não observância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

### **XI - RECURSOS E CONTRARRAZÕES**

1 - Os licitantes que tiverem manifestado, imediata e motivadamente, a intenção de recorrer contra decisões do(a) Pregoeiro(a), após a declaração do vencedor, nos termos do item 22 do Título X, deverão apresentar suas razões no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, a partir do dia seguinte à sua manifestação.

1.1 - Os demais licitantes poderão apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente.

1.2 - No prazo recursal, fica assegurada vista dos autos.

1.3 - A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso.

2 - O recurso e respectivas contrarrazões deverão obedecer aos seguintes requisitos, sob pena de não serem conhecidos:

2.1 - ser dirigido aos cuidados do(a) Pregoeiro(a), no prazo de até 3 (três) dias úteis, conforme estabelecido no item 1 deste Título;

2.2 - ser dirigido aos cuidados do(a) Pregoeiro(a), nos casos de anulação ou revogação, no prazo de até **5 (cinco) dias úteis**;

2.3 - ser apresentado em uma via original, emitida por computador, contendo razão social, CNPJ e endereço da empresa, rubricado em todas as folhas e assinado pelo representante legal ou credenciado do licitante, devidamente comprovado através de procuração ou cópia de contrato social.

2.4 - ser protocolizado no setor de Protocolo do Município de Patos de Minas, à Rua Dr. José Olympio de Mello, 151, Bairro Eldorado, Patos de Minas/MG, CEP 38 700 900.

3 - O Município de Patos de Minas não se responsabilizará por memoriais de recursos e contrarrazões endereçados via postal ou por outras formas, entregues em locais diversos do mencionado no subitem 2.4 acima, e que, por isso, não sejam protocolizados no prazo legal.

4 - O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

5 - A decisão acerca de recurso interposto será comunicado a todos os licitantes via correio eletrônico e divulgado no *site* desta Prefeitura e também no [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br).



## **Município de Patos de Minas**

### **Secretaria Municipal de Administração**

#### **XII - ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

- 1** - Inexistindo manifestação recursal, o(a) Pregoeiro(a) adjudicará o objeto ao licitante vencedor, competindo à autoridade competente homologar o procedimento licitatório.
- 2** - Decididos os recursos porventura interpostos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente adjudicará o objeto ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

#### **XIII - DO CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE**

- 1** - Encerrado o procedimento licitatório, o representante legal da proposta vencedora será convocado para firmar o termo de contrato ou instrumento equivalente, e da proposta aceita.
  - 1.1** - O adjudicatário deverá comprovar a manutenção das condições demonstradas para habilitação para assinar o contrato ou instrumento equivalente.
  - 1.2** - Caso o adjudicatário não apresente situação regular no ato da assinatura do contrato ou instrumento equivalente, ou recuse-se a assiná-lo, serão convocados os licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, para celebrar o contrato.
  - 1.3** - Para assinatura do contrato/instrumento equivalente, poderá ser solicitado do licitante vencedor cópia autenticada de N.F(s) que comprove(m) o fornecimento do objeto informado no Atestado de Capacidade Técnica, que deverá (ão) ser entregue(s) no prazo máximo de 5 (cinco) dias a contar da data da solicitação, sob pena de não assinatura do contrato/instrumento equivalente e demais sanções legais.
- 2** - O representante legal da proposta vencedora deverá assinar o contrato ou instrumento equivalente, dentro do prazo máximo de 5 (cinco) dias a contar da expedição da comunicação para tal.
- 3** - Qualquer solicitação de prorrogação de prazo para assinatura do contrato ou instrumento equivalente, decorrente desta licitação, somente será analisada se apresentada antes do decurso do prazo para tal e devidamente fundamentada.

#### **XIV - DA EXECUÇÃO DO CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE**

##### **1 - São obrigações da CONTRATADA:**

- 1.1** – Entregar/Prestar os produtos/serviços de acordo com o especificado neste Edital e seus anexos.



## **Município de Patos de Minas**

### **Secretaria Municipal de Administração**

- 1.2** - Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela Contratante quanto ao objeto contratado;
- 1.3** – Entregar/Prestar os objetos/serviços no local e prazo estipulado;
- 1.4** - Substituir, no prazo de determinado por este Município, o objeto que esteja em desacordo com as especificações contidas no termo de referência, sem acréscimo de valor.
- 1.5** Responsabilizar-se por todos os encargos sociais e trabalhistas que incidam sobre a execução do contrato;
- 1.6-** Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidente do trabalho, quando, em ocorrências da espécie, forem vítimas os seus empregados, durante a execução do contrato;
- 1.7-** Responsabilizar-se por todas as obrigações e encargos que incidam, ou venham a incidir sobre terceiros, durante a execução do contrato;
- 1.8-** Fornecer informações à Administração Municipal, sempre que lhes forem solicitadas;
- 1.9-** Assumir inteira responsabilidade civil, administrativa e penal por quaisquer danos e prejuízos materiais ou pessoais causados por seus empregados ou prepostos, à contratante ou a terceiros, aplicando-se ao presente contrato a Lei nº 8.078 de 11/09/90, em especial os artigos 14 e 20;
- 1.10-** Manter a sua condição de habilitada, durante todo o período de execução do contrato, renovando periodicamente os documentos fiscais junto ao Sistema de Cadastramento do Município de Patos de Minas;
- 1.11-** Responsabilizar-se por todas as despesas diretas ou indiretas, tais como: salários, transportes, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, indenizações e quaisquer outras que forem devidas aos seus empregados, no desempenho do objeto ora licitado, ficando ainda, a CONTRATANTE, isenta de qualquer vínculo empregatício com os mesmos;
- 1.12-** Cumprir fielmente o contrato/instrumento equivalente, zelar por sua boa execução, de modo que a entrega/prestação do produto/serviço seja realizada com esmero e perfeição e executar sob sua inteira responsabilidade até o seu término, vedada sua transferência a terceiros, total ou parcial.
- 1.13** – Independentemente de transcrição, sujeitar-se às demais obrigações estabelecidas nos Termos de Referência/Projetos Básicos, neste Edital e seus anexos.

#### **2- São obrigações da CONTRATANTE:**



## **Município de Patos de Minas**

### **Secretaria Municipal de Administração**

- 2.1-** Proporcionar todas as facilidades necessárias ao bom andamento da entrega/prestação do produto/serviço licitado;
- 2.2-** Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela licitante vencedora com relação ao objeto desta licitação;
- 2.3 -** Efetuar o pagamento nas condições e preços pactuados;
- 2.4 -** Dar todas as condições necessárias ao bom desempenho do presente contrato.
- 2.5 -** Independentemente de transcrição, sujeitar-se às demais obrigações estabelecidas nos Termos de Referência/Projetos Básicos, neste Edital e seus anexos.

#### **XV - DO PAGAMENTO**

- 1 -** O pagamento será efetuado em três parcelas iguais e sucessivas, após o processamento legal a ser realizado pela Administração Municipal obedecendo os critérios internos da CONTRATANTE, ressalva-se que a CONTRATADA somente poderá emitir a Nota Fiscal de serviço referente à primeira parcela e as demais, de 30 em 30 dias, conforme etapas dos serviços realizados e devidamente autorizado pela Administração Aeroportuária, após fiscalização e certificação das etapas concluídas. O Pagamento da última parcela dar-se-á com a conclusão dos serviços contratados, para a do PBZPA- Plano Básico de zona de proteção do Aeroporto Municipal de Patos de Minas “Pedro Pereira dos Santos”.
- 2 -** O atraso na apresentação do faturamento, que venha a implicar no respectivo atraso no recolhimento da importância retida para o INSS com acréscimos legais, acarretará no repasse dos citados acréscimos à CONTRATADA.
- 3 -** O pagamento pela prestação dos serviços contratados será realizado em até 30 (trinta) dias após apresentação das Notas Fiscais/Faturas devidamente atestadas pelo servidor ou comissão encarregada da conferência das mesmas e de acordo com a programação da Secretaria Municipal de Finanças.
- 4 -** O CONTRATANTE somente efetuará o pagamento das faturas mediante a apresentação das quitações legalmente exigíveis ou que venham a ser exigidas por leis relativas a todo e qualquer encargo que se refira aos serviços prestados.
- 5 -** Se a prestação dos serviços não for efetuada conforme condições do edital, o pagamento ficará suspenso até seu recebimento definitivo.



## Município de Patos de Minas Secretaria Municipal de Administração

**6** - Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação devidamente regularizado.

**7** - Nenhum pagamento será efetuado à contratada, enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação financeira decorrente de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços.

**8** - A critério da Administração, poderão ser utilizados os pagamentos devidos para cobrir possíveis despesas com multas, indenizações a terceiros, ou outras de responsabilidade da contratada.

**9** - As notas fiscais eletrônicas deverão ser emitidas observando o número do CNPJ indicado pela empresa em sua Proposta de Preços (Anexo II do edital) e documentos apresentados para habilitação, conforme exigido em edital.

**10** - Os valores serão reajustados ou corrigidos monetariamente de acordo com as disposições da lei 10.192/2001 e, no que com ela não conflitarem, com as disposições da Lei 8.666/93.

### **XVI. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

O desembolso se fará mediante rubrica da dotação orçamentária e conforme Disponibilidade Orçamentária e Financeira emitida pelo órgão responsável.

- **2190 – 2216 – 26.781.0024.339039 – 100.0000 – Manutenção do Aeroporto Municipal;**

### **XVII - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

#### **1 - ÀS LICITANTES:**

**1.1** - Ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal e, se for o caso, será descredenciado do Cadastro de Fornecedores do Município de Patos de Minas, pelo prazo de até **05 (cinco) anos**, garantida a ampla defesa, sem prejuízo das multas de até 20% e demais cominações legais, nos termos do art. 81 da Lei nº 8.666/93, do art. 7º da Lei nº 10.520/02, **o ADJUDICATÁRIO que:**

- a) convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar o contrato, deixar de apresentar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa;
- b) ensejar o retardamento da execução/prestação de seu objeto;
- c) não mantiver a proposta;
- d) falhar ou fraudar a execução do contrato/instrumento equivalente;
- e) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.



## Município de Patos de Minas Secretaria Municipal de Administração

**1.2** - Não será aplicada a multa às empresas remanescentes, em virtude da não aceitação da primeira colocada.

### **2 - À CONTRATADA:**

**2.1** - Pela inexecução total ou parcial da contratação, a Administração poderá, garantida prévia defesa, aplicar a CONTRATADA a extensão da falta ensejada, as penalidades previstas no art. 87, da Lei nº 8.666/93 e no art. 7º da Lei nº 10.520/02, na forma prevista no respectivo instrumento licitatório.

**2.2** - O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela licitante vencedora, sem justificativa aceita pela Administração Municipal, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar, nas seguintes sanções:

a) multa compensatória no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do contrato pela recusa em recebê-lo no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, após regularmente convocada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93;

b) advertência escrita pelo descumprimento de cláusulas contratuais;

c) multa de mora no percentual correspondente a 0,3% (três décimos por cento), calculada sobre o valor total do contrato, por dia de inadimplência na entrega, até o limite de 03 (três) dias úteis, caracterizando inexecução parcial;

d) multa de mora no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do contrato, pela inadimplência além do prazo acima, caracterizando inexecução total do mesmo;

e) multa até o percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do contrato, pelo descumprimento de cláusulas contratuais;

f) suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração Municipal por prazo de até 05 (cinco) anos, nos casos de descumprimento de cláusulas contratuais; e

g) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a licitante vencedora ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada.

**2.3** - As penalidades aplicadas só poderão ser relevadas na hipótese de caso fortuito, força maior, devidamente justificadas e comprovadas, a juízo da Administração.





## Município de Patos de Minas Secretaria Municipal de Administração

### XVIII - DISPOSIÇÕES GERAIS

1 - Constituem anexos deste edital, dele fazendo parte integrante:

1.1 - **Anexo I** – Projetos Básico/Termos de Referência;

1.2- **Anexo II** - Proposta de Preços;

1.3 - **Anexo III** - Modelo de Declaração da empresa, conforme disposto no Inc. XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal;

1.4 - **Anexo IV** - Modelo de Declaração de Condição de ME ou EPP;

1.5- **Anexo V** – Minuta de Contrato;

2 - Se o licitante vencedor, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, deixar de assinar o contrato ou o termo equivalente, não tendo solicitado prorrogação de prazo com justificativa aceita pelo(a) Pregoeiro(a), este(a) examinará as propostas subsequentes e a habilitação dos licitantes, segundo a ordem de classificação, até a apuração da proposta que atenda ao Edital, podendo ainda, negociar o preço.

3 - O licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase desta licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará na imediata desclassificação ou inabilitação do licitante, ou a rescisão contratual, sem prejuízo das sanções administrativas, civis e penais cabíveis.

4 - Uma vez incluído no processo licitatório, nenhum documento será devolvido.

5 - Na análise da documentação e no julgamento das Propostas Comerciais, o(a) Pregoeiro(a) poderá, a seu critério, solicitar o assessoramento técnico de órgãos ou de profissionais especializados.

6 - Toda a documentação apresentada neste edital e seus anexos são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe que se mencione em um documento e se omita em outro será considerado especificado e válido.

7 - O(a) Pregoeiro(a), no interesse da Administração, poderá adotar medidas saneadoras, durante o certame, e relevar omissões e erros formais, observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente, sendo possível a promoção de diligências junto aos licitantes, destinadas a esclarecer a instrução do processo, conforme disposto no § 3º, do art. 43 da Lei Federal nº 8.666/93.

7.1 - Se houver solicitação de documentos, estes deverão ser apresentados em original ou em cópia autenticada por cartório, sendo possível, ainda, a autenticação dos mesmos pelo(a) Pregoeiro(a) ou Equipe de Apoio;



## **Município de Patos de Minas** **Secretaria Municipal de Administração**

7.2 - O não cumprimento da diligência poderá ensejar a desclassificação da proposta ou a inabilitação do licitante.

8 - As decisões do(a) Pregoeiro(a) serão publicadas no “Minas Gerais”, Órgão de Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, quando for o caso, podendo ser aplicado o disposto no § 1º do art. 109 da Lei Federal n.º 8.666/93 e divulgadas no *site* [www.patosdeminas.mg.gov.br](http://www.patosdeminas.mg.gov.br).

9 - A participação do licitante nesta licitação implica no conhecimento integral dos termos e condições inseridas neste edital, bem como das demais normas legais que disciplinam a matéria.

10 - A presente licitação não importa, necessariamente, em contratação, podendo o Município de Patos de Minas revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivadas de fato superveniente comprovado, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação, mediante ato escrito e fundamentado, disponibilizado no sistema para conhecimento dos licitantes.

11 - Para atender a seus interesses, o Município de Patos de Minas poderá alterar quantitativos, sem que isto implique alteração dos preços unitários ofertados, obedecidos os limites estabelecidos no § 1º do art. 65, da Lei Federal n.º 8.666/93.

12 - O Município de Patos de Minas poderá prorrogar, por conveniência exclusiva, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua abertura.

13 - O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste Edital será o da Comarca de Patos de Minas-MG.

Patos de Minas, 19 de outubro de 2016.

**CLÁUDIO HENRIQUE DE MAGALHÃES**

Secretário Municipal de Administração – Autoridade Competente

**ELIS ANGELA ALVES**

Pregoeira



## Município de Patos de Minas Secretaria Municipal de Administração

### PROJETO BÁSICO – TERMO DE REFERÊNCIA

#### PBZPA – PLANO BÁSICO DE ZONA DE PROTEÇÃO DE AERÓDROMO

##### **1. DO OBJETO:**

- 1.1.** Este Termo de Referência visa à contratação de serviços para implementação de normas aeronáuticas com levantamentos, estudo funcional, supervisão geral e projeto para prestação de serviços que permita o funcionamento regular do aeródromo do município de Patos de Minas “Pedro Pereira dos Santos”, visando atender às necessidades do município para sua operação em V.F.R – diurno/noturno, conforme especificações e quantitativos estabelecidos neste Termo de Referência, conforme normas das AAB (Autoridades Aeronáuticas Brasileiras).

##### **2. JUSTIFICATIVA:**

- 2.1.** Por determinação legal, todos os aeródromos brasileiros precisam se adequar às exigências e normas legais para garantir o seu funcionamento.

O Brasil é partícipe da OACI – Organização da Aviação Civil Internacional e CACI – Convenção sobre a Aviação Civil Internacional, concluída em Chicago (USA) em 07 de dezembro de 1944, firmado pelo Brasil, em 29 de maio de 1945 e promulgada pelo decreto presidencial no. 21.713 de 27 de agosto de 1946.

A Lei Federal nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 “Código Brasileiro Aeronáutico” (direito aeronáutico) e especialmente nas Portarias No. 957/GC3 e No. 958/GC5 - ICA. 11-3 e ICA 63-19, ICA 1224- portarias ANAC N-1227 e 3104/SIA de 27/11-2013-documento 8168, da Organização de Aviação Civil Internacional (OACI), que trata da elaboração e análise de Procedimentos de Aproximação e de Saída por Instrumentos e Superfícies de Vôo Visual, Art-129 da portaria 957/C G 3 de 09 de julho de 2015, que passou a vigorar a partir de 14 de outubro de 2015 e pelas demais leis e normas regulamentadoras vigentes, sendo de responsabilidade desta administração municipal a Administração Aeroportuária Local, não podendo esta administração desincumbir-se desta responsabilidade, pois ficará exposta podendo receber sanções das A.A.B. Autoridades Aeronáuticas Brasileiras.



## Município de Patos de Minas Secretaria Municipal de Administração

A interdição (CLSD - FECHAMENTO) do aeródromo municipal está passiva de ocorrer, como já vem ocorrendo com vários aeródromos de cidades mineiras e de outras cidades da federação, inclusive já existindo casos extremos como o de fechamento permanente (PERM-CLSD E EXCLUSÃO) do cadastro de aeródromos pela ANAC, conforme publicações já feitas no Diário Oficial da União, tudo por falta de cumprimento das medidas e normas legais exigidas pela legislação vigente.

A interdição pode ocasionar possíveis multas que afetam o erário público. Esta é uma medida legal para todos os aeródromos que não estão em conformidade com a legislação vigente, em especial do Ministério da Defesa, COMAER – Comando da Aeronáutica considerando o que consta no Processo COMAER No. 67600.010817/2016-92 e Lei 7.565 Art. 44 de 19/12/1986 e demais Normas regularizadoras Aeronáuticas do DECEA – Departamento de Controle do Espaço Aéreo no Brasil (SISCEAB) o qual coordena a segurança da aviação civil no território nacional e do COMAER - Comando Aeronáutico.

A medida de interdição, quando adotada, proporciona desconforto econômico e social sendo muito prejudicial ao município e a toda região do entorno, ação esta feita pelas A.A.B - Autoridades Aeronáuticas Brasileiras, proibindo o uso do aeródromo para pousos, decolagens e tráfego aéreo local de aeronaves, impossibilitando assim o transporte aéreo para o turismo, transporte de empresários empreendedores para possíveis implantações de negócios para este município e região, além de não poder ser utilizado; quando necessário, para o transporte aeromédico para atendimento de possíveis enfermos do município e da região, principalmente em caso fortuito de uma emergência para atendimento médico com medicamentos e instrumentos hospitalares, para traslado hospitalar de enfermos e outros, entre eles a movimentação de aviões truck's (Caixa d água) para apagar incêndio florestal.

Deixar que esta interdição e exclusão do aeródromo municipal venha acontecer pela falta de cumprimento das exigências legais, poderá trazer enormes prejuízos tanto econômicos quanto políticos e administrativos à municipalidade.

### **3. CRITÉRIO DE JULGAMENTO**

- 3.1. O critério de julgamento das propostas será o de **MENOR PREÇO GLOBAL**, nos termos definidos no Edital e neste Termo de Referência.



## Município de Patos de Minas Secretaria Municipal de Administração

### **4. ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

- 4.1. A execução do objeto será administrada pela CONTRATADA, juntamente com pessoal técnico especializado com conhecimento aeroportuário.
- 4.2. A Secretaria Municipal de Infraestrutura, através do Secretário e a administração aeroportuária através de seu gestor, serão os responsáveis para acompanhar, fiscalizar e conferir o objeto desta licitação.

### **5. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO:**

- 5.1. As condições de execução, constantes deste Termo de Referência e a Minuta do Contrato, **são complementares entre si**, de forma que qualquer detalhe ausente em um desses instrumentos e constante no outro, será considerado especificado e válido.
- 5.2. As propostas apresentadas deverão incluir todas e quaisquer despesas necessárias para o trabalho, tais como: transporte, tributos, contribuições sociais, fiscais, para-fiscais, fretes, seguros e demais despesas inerentes, devendo o preço ofertado corresponder, rigorosamente, às especificações do objeto, não cabendo quaisquer reivindicações devidas a erros nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços por recolhimentos determinados pela autoridade competente.

### **6. DESCRIÇÃO GERAL DOS SERVIÇOS / CONFERÊNCIA DAS CONDIÇÕES E REPAROS SE NECESSÁRIOS NO SÍTIO AEROPORTUÁRIO MUNICIPAL DA CIDADE DE PATOS DE MINAS/MG.**

- 6.1. Os serviços pretendidos para operação em **V.F.R., Diurno/Noturno**, que garanta o funcionamento regular do aeródromo municipal, com a implementação de normas aeronáuticas, obedecendo o projeto formal do sítio aeroportuário municipal de prefixo aeronáutico SNPD .
  - 6.1.1. **ETAPA I** - A CONTRATADA realizará junto ao CONTRATANTE o levantamento completo das condições operacionais do aeródromo municipal, verificando os procedimentos legais mínimos exigidos pela legislação pertinente, exigidas pelas A.A.B. Autoridades Aeronáuticas Brasileiras para operação em **V.F.R., Diurno/Noturno**, tais como:



## Município de Patos de Minas Secretaria Municipal de Administração

- a) Biruta de indicador direcional do vento no padrão correto e sua marcação;
- b) Marcação de numeração das cabeceiras para pousos e decolagens das aeronaves;
- c) Marcação das bordas laterais da pista de pouso e decolagens;
- d) Marcação da Stop way, free way de taxi e do estacionamento das aeronaves dentro das normas estabelecidas;
- e) Cerca patrimonial resguardando a condição operacional do aeródromo para proteção e garantir a segurança de aeronaves, das instalações aeroportuárias, passageiros e tripulantes;
- f) Portão de entrada e saída de veículos para o aeródromo;
- g) Placas com sinalização de avisos de restrição em portarias, cercas e áreas do aeródromo e outras necessidades que se fizerem necessárias para resguardar o aeródromo e seu sitio aeroportuário;
- h) Marcação do centro da pista de pousos e decolagens nas pistas asfaltadas;
- i) Vegetação limite permitida dentro do sitio aeroportuário, e outros se não estiverem dentro das normas da Aeronáutica Brasileira.
- j) O CONTRATANTE deverá fornecer à CONTRATADA documentação correlata ao aeródromo municipal de prefixo aeronáutico SNPD inclusive cópia do seu projeto formal (planta) para direcionamento dos estudos e dos trabalhos para implementação de normas aeronáuticas para a montagem e elaboração do **PBZPA - PLANO BASICO DE ZONA DE PROTEÇÃO DE AERÓDROMO, com planta cotada no perfil longitudinal, dentro da Legislação Aeronáutica Brasileira.**
- k) Se for detectada alguma necessidade de reparo, mudança, adequação, aquisição de material para reparo de algum destes tópicos acima, os custos serão de responsabilidade do município.

**6.1.2. ETAPA II** - Emissão do Relatório informativo do CONTRATADO das Condições atual de Uso do Aeródromo, completo e pormenorizado, referente ao levantamento realizado (item 6.1.1 acima) para que a administração municipal possa realizar as intervenções necessárias no aeródromo municipal; (item 6.1.1



## Município de Patos de Minas Secretaria Municipal de Administração

alínea k)

- 6.1.3. ETAPA III** - O CONTRATADO fornecerá orientação para as intervenções que estarão a cargo do município realizá-las, em conformidade com o Relatório das Condições de Uso do Aeródromo;
- 6.1.4. ETAPA IV** - O CONTRATADO realizará a elaboração do Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo - PBZPA ou revisão e/ou adequação do plano existente às normas legais, em obediência a legislação aeronáutica brasileira disposta na Lei Federal nº. 7.565 de 19 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica (Direto Aeronáutico), Arts. 1º, 43 e 44, combinado com as Portarias No. 957/GC3 de 15 de julho de 2015 (dispõe sobre as restrições aos objetos projetados no espaço aéreo que possam afetar adversamente a segurança ou a regularidade das operações aéreas e da outras providencias) e No. 958/GC5 - ICA. 11-3 de 09 de julho de 2015, e ICA 63-19, ICA 12-24 portarias ANAC 1227 e 3104/SIA.
- 6.1.5** O CONTRATADO deverá efetuar após o cumprimento das etapas de serviços a entrega do **Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo – PBZPA**, acompanhando-o em todos os seus trâmites legais com técnico (s) profissional (ais) solicitando o protocolo e sua aprovação junto às **A.A.B. AUTORIDADES AERONÁUTICAS BRASILEIRAS e também o seu registro (A.R.T.) junto ao CREA/MG.**
- 6.1.6** O CONTRATADO deverá acompanhar também, todos os processos junto às **A.A.B - AUTORIDADES AERONÁUTICAS BRASILEIRAS até as suas aprovações; assim como:**
- A)** Acompanhar a homologação e recadastramento do aeródromo municipal de Patos de Minas/MG, **SNPD (OACI)** para sua **OPERAÇÃO EM; V.FR., Diurno/Noturno.**
  - B)** Certificar Planta cartográfica do **PBZPA** em perfil longitudinal, devendo constar todo o discriminativo atual do sítio aeroportuário Municipal para as A.A.B. Autoridades Aeronáuticas Brasileiras.



## Município de Patos de Minas Secretaria Municipal de Administração

### **7. ESCOPO E ESTIMATIVA DO PRAZO PARA LEVANTAMENTOS PARA CONFECCÃO E EXECUÇÃO DA ELABORAÇÃO DO PBZPA-PLANO BÁSICO DE ZONA DE PROTEÇÃO DE AERÓDROMO MUNICIPAL EM PERFIL LONGITUDINAL.**

7.1. **ETAPA I** - Estudo funcional (in loco) para levantamento das condições operacionais do aeródromo municipal, em especial para os procedimentos legais mínimos exigidos pela legislação pertinente, pelas A.A.B. Autoridades Aeronáuticas Brasileiras para operação em **V.F.R., Diurno/Noturno** terá um prazo máximo de até **30 (trinta) dias** para sua conclusão.

7.2. **ETAPA II** - Emissão do Relatório das Condições de Uso do Aeródromo, completo e pormenorizado, referente ao levantamento realizado pelo responsável indicado pelo contratado. Após emitido relatório e entregue a administração municipal, esta realizará as intervenções se necessárias no aeródromo municipal, em um prazo aproximado de no máximo até 45 (**quarenta e cinco**) dias para sua conclusão.

7.3. **ETAPA III** - Orientar para as intervenções se necessárias que estarão a cargo do município devendo realizá-las, em conformidade com o Relatório das Condições de Uso do Aeródromo e Normas exigidas pelas A.A.B. (Autoridades Aeronáuticas Brasileiras) dentro do sitio aeroportuário, terá um prazo máximo de até **30 (trinta) dias** para sua conclusão.

7.3.1. A etapa seguinte só terá início após a conclusão da Etapa III que é de exclusiva responsabilidade do município realizá-la.

7.3.2. Eventuais atrasos na execução dos serviços imprescindíveis e necessários, de responsabilidade do município, interrompem a contagem do prazo, reabrindo-se novo prazo somente após a conclusão da Etapa III.

7.4. **ETAPA IV** - Elaboração do **Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo - PBZPA** ou revisão e adequação do plano existente às normas legais, em obediência a legislação aeronáutica brasileira disposta na Lei Federal nº. 7.565 de 19 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica (Direto Aeronáutico), Arts. 1º, 43 e 44, combinado com as Portarias No. 957/GC3 de 15 de julho de 2015. (dispõe sobre as restrições aos objetos projetados no espaço aéreo que possam afetar adversamente a segurança ou a regularidade das operações aéreas e da outras providências) e No. 958/GC5 - ICA. 11-3 de 09 de julho de 2015, ICA 63-19, ICA 12-24 de 2015 portaria ANAC 12-27 e





## Município de Patos de Minas Secretaria Municipal de Administração

3104/SIA de 27/11/2013 que terá início após a conclusão da Etapa III, com um prazo máximo de até **30 (trinta) dias** para sua conclusão e conferência.

**7.5. PRAZO TOTAL DE EXECUÇÃO DOS TRABALHOS:** O prazo máximo estimado para conclusão dos trabalhos é de **120 (cento e vinte)** dias a contar da data da assinatura do contrato, podendo o mesmo ser concluído antecipadamente.

### **8. PRODUTO FINAL**

**8.1.** A Contratada deverá entregar à Contratante 01 (uma) cópia do **PBZPA - Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo**, devidamente atualizado, obedecendo às normas regulamentares das **A.A.B. Autoridades Aeronáuticas Brasileiras**, para operação em **V.F.R., Diurno/Noturno**.

**8.1.1.** O Contratante deverá fornecer, nesta oportunidade, o nome, CPF e identidade do agente que deverá constar como “Administrador do Sítio Aeroportuário do Município de Patos de Minas/MG.

**8.2.** Depois de cumprida a etapa acima, imediatamente a Contratada encaminhará para seu protocolo e aprovação junto às **A.A.B. Autoridades Aeronáuticas Brasileiras**, o **PBZPA - Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo** do Município de Patos de Minas/MG, acompanhando-o em todos os seus trâmites legais e também **registrando o (A.R.T.) no CREA/MG**. Todos os pagamentos referentes às taxas administrativas, emolumentos, impostos e outros, bem como de multas sancionadas, necessários para protocolo e aprovação do **PBZPA** junto as **A.A.B. Autoridades Aeronáuticas Brasileiras**, serão de responsabilidade do Município, **exceto registro (A.R.T.) no CREA/MG**, que será de responsabilidade da **CONTRATADA**. Os pagamentos de responsabilidade do município deverão ser efetuados através de guias emitidas pelas A.A.B (Autoridades Aeronáuticas Brasileiras).

**8.2.1.** Estão incluídas no valor total contratado as despesas referentes aos serviços de técnicos para encaminhamento e acompanhamento do processo administrativo e de aprovação do **PBZPA** junto aos órgãos **competentes das A.A.B. Autoridades Aeronáuticas Brasileiras** e do **(A.R.T.) no CREA/MG**



## Município de Patos de Minas Secretaria Municipal de Administração

- 8.3. A Contratada prestará todas as informações possíveis ao Administrador Aeroportuário, referente ao operacional administrativo do PBZPA, para cumprir regulamentação e normas das **A.A.B. Autoridades Aeronáuticas Brasileiras** durante a vigência do contrato.

### 9. CONDICÕES DE PAGAMENTO:

- 9.1. O pagamento será efetuado em três parcelas iguais e sucessivas, após o processamento legal a ser realizado pela Administração Municipal obedecendo os critérios internos da CONTRATANTE, ressalva-se que a CONTRATADA somente poderá emitir a Nota Fiscal de serviço referente à primeira parcela e as demais, de 30 em 30 dias, conforme etapas dos serviços realizados e devidamente autorizado pela Administração Aeroportuária, após fiscalização e certificação das etapas concluídas. O Pagamento da última parcela dar-se-á com a conclusão dos serviços contratados, para a do PBZPA- Plano Básico de zona de proteção do Aeroporto Municipal de Patos de Minas “Pedro Pereira dos Santos”.
- 9.2. O atraso na apresentação do faturamento, que venha a implicar no respectivo atraso no recolhimento da importância retida para o INSS com acréscimos legais, acarretará no repasse dos citados acréscimos à CONTRATADA.
- 9.3. O pagamento pela prestação dos serviços contratados será realizado em até 30 (trinta) dias após apresentação das Notas Fiscais/Faturas devidamente atestadas pelo servidor ou comissão encarregada da conferência das mesmas e de acordo com a programação da Secretaria Municipal de Finanças.
- 9.4. O CONTRATANTE somente efetuará o pagamento das faturas mediante a apresentação das quitações legalmente exigíveis ou que venham a ser exigidas por leis relativas a todo e qualquer encargo que se refira aos serviços prestados.
- 9.5. Se a prestação dos serviços não for efetuada conforme condições do edital, o pagamento ficará suspenso até seu recebimento definitivo.
- 9.6. Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação devidamente regularizado.
- 9.7. Nenhum pagamento será efetuado à contratada, enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação financeira decorrente de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços.



## **Município de Patos de Minas**

### **Secretaria Municipal de Administração**

#### **10. SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO**

**10.1.** Serão obedecidas, no que couber as disposições, com relação à Segurança e Saúde do Trabalho, contidas nas Normas Regulamentadoras, aprovadas pela PORTARIA MTB N° 3.214, de 08 de junho de 1978 - Aprova as Normas Regulamentadoras - NR - do Capítulo V, Título II, da Consolidação das Leis do Trabalho, relativas à Segurança e Medicina do Trabalho.

#### **11. PLANTAS E DOCUMENTAÇÃO DO PBZPA.**

Plano Básico de Zona de Proteção Aeródromo exigido pelas A.A.B. (Autoridades Aeronáuticas Brasileiras), que deverá cumprir as normas Aeronáuticas.

**11.1.** Solicitar o Recadastramento do Aeroporto Municipal de Patos de Minas “Pedro Pereira dos Santos”, junto às A.A.B. Autoridades Aeronáuticas Brasileiras, juntamente com o **PBZPA.**

**11.2.** Os documentos técnicos produzidos, deverão ser entregues pela contratada às A.A.B. (Autoridades Aeronáuticas Brasileiras), com as vias necessárias, para Avaliação e Aprovação.

#### **11.3. Preservação de propriedades alheias**

**11.3.1** A CONTRATADA deverá executar os serviços de campo sem causar prejuízos, danos ou perdas, em benfeitorias existentes nas propriedades adjacentes ou outras propriedades de qualquer natureza.

**11.3.2** A CONTRATADA será responsável por qualquer prejuízo, dano ou perda a propriedades que resulte de suas operações.

**11.4.** Plantas e documentação dos Planos de Zona de Proteção deverão ser fornecidos pela CONTRATADA. Conjuntos de plantas (desenhos técnicos) da situação atual do aeródromo do escopo deste Termo de Referência, contendo as informações suficientes e necessárias para o PBPZA com preenchimento das Fichas constantes nos Anexos da ICA 63-19, e ICA 11-3 que deverão ser também preenchidas e fornecidas pela CONTRATADA, referentes aos dispostos nas portarias 957e 958/CG3 e Portarias ANAC 1227 e 3104/SIA de 27/11/2013, conforme normas Aeronáuticas Brasileiras.



## Município de Patos de Minas

### Secretaria Municipal de Administração

**11.4.1.** Encaminhar Também a planta do Plano Básico de Zona de Proteção do Aeródromo Municipal para seu cadastramento junto às A.A.B. Autoridades Aeronáuticas Brasileiras.

**11.4.2.** Os documentos finais produzidos deverão ser fornecidos impressos em 3 (três) vias, devidamente assinados pelo Responsável Técnico habilitado, com A.R.T registrado no CREA/MG, e em mídia digital.

**11.4.3.** No caso de textos e planilhas, os documentos podem ser impressos em formato A4. Para a edição de textos, o Programa Padrão é o “Word” (extensão “.doc”).

**11.4.4.** Para a edição de planilhas, o Programa Padrão é o “Excel” (“extensão “.xls”).

#### **12. DA VALIDADE DA PROPOSTA:**

A Validade da proposta deverá ser, de no mínimo 60 (sessenta) dias, a contar da data de abertura da sessão do certame.

#### **13. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

<b>ITEM</b>	<b>UNIDADE</b>	<b>DESCRIÇÃO DO ITEM</b>	<b>PREÇO MÉDIO</b>
<b>43.312</b>	<b>01</b>	Contratação de serviços para implementação de normas aeronáuticas com levantamentos, estudo funcional, supervisão geral e projeto para prestação de serviços que permita o funcionamento regular do aeródromo do município de Patos de Minas “Pedro Pereira dos Santos”, visando atender às necessidades do município para sua operação em V.F.R – diurno/noturno, conforme especificações e quantitativos estabelecidos neste Termo de Referência, conforme normas das AAB (Autoridades Aeronáuticas Brasileiras).	<b>46.187,00</b>

O desembolso se fará mediante rubrica da dotação orçamentária e conforme Disponibilidade Orçamentária e Financeira emitida pelo órgão responsável.

- **2190 – 2216 – 26.781.0024.339039 – 100.0000 – Manutenção do Aeroporto Municipal;**



## **Município de Patos de Minas** **Secretaria Municipal de Administração**

Vaneida de Fátima Silva - Mat. 3114  
Gestora de Aeródromo

Carlos Guilherme Naimeg  
Secretário Municipal de Infraestrutura



**Município de Patos de Minas**  
**Secretaria Municipal de Administração**

**ANEXO II**

**PROPOSTA DE PREÇOS**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 22/2016 – Processo Nº 452/2016**

**Razão Social do Licitante:**

**CNPJ:**

**Insc. Estadual:**

**Endereço:**

**Cidade:**

**Estado:**

**Telefone :**

**Fax :**

**e-mail :**

**INFORMACÕES PARA PAGAMENTOS (quando por sistema bancário):**

**Banco:**

**Agência:**

**Conta:**

**REPRESENTANTE LEGAL PARA FINS DE ASSINATURA DO CONTRATO:**

**Nome:**

**Identidade:**

**Órgão expedidor:**

**Estado Civil:**

**Nacionalidade:**

**CPF:**

**e-mail:**



**Município de Patos de Minas**  
**Secretaria Municipal de Administração**

LOTE	ITEM	UNID.	QTDE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	43.312	Unid.	01	Contratação de serviços para implementação de normas aeronáuticas com levantamentos, estudo funcional, supervisão geral e projeto para prestação de serviços que permita o funcionamento regular do aeródromo do município de Patos de Minas "Pedro Pereira dos Santos", visando atender às necessidades do município para sua operação em V.F.R – diurno/noturno, conforme especificações e quantitativos estabelecidos neste Termo de Referência, conforme normas das AAB (Autoridades Aeronáuticas Brasileiras).		

Valor Total: R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_)

**Observações:**

- **Somente serão aceitas propostas cotadas com no máximo 02 (duas) casas decimais, sob pena de desclassificação;**
- Para cumprimento do disposto no art. 48 da Lei Complementar n.º 147, incisos I e III, todos os lotes desta licitação será destinado à participação exclusiva das Microempresas – ME, Empresas de Pequeno Porte – EPP.
- **Quando da atualização da proposta de preço, o licitante deverá atualizar observando os valores unitários e globais os quais deverão ser menores ou iguais ao valores máximos/referência expressos no termo de referência.**
- **O preço proposto deve compreender todas as despesas concernentes ao fornecimento dos materiais, bem como encargos sociais, benefícios e despesas indiretas, licenças inerentes e tributos, e tudo mais necessário à perfeita e cabal execução dos mesmos.**

Validade da Proposta     /     /

(no mínimo em 60 dias)

Declaramos para todos os efeitos legais que, ao apresentar esta proposta, com os preços e prazos acima indicados, estamos de pleno acordo com as condições gerais e especiais estabelecidas para esta licitação, as quais nos submetemos incondicional e integralmente.



## **Município de Patos de Minas**

### **Secretaria Municipal de Administração**

Declaramos também que até a presente data inexistem fatos impeditivos a participação desta empresa ao presente certame licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

**Data:** / /

**Assinatura:**

Carimbo Padronizado





**Prefeitura Municipal de Patos de Minas**  
**Secretaria Municipal de Administração**

**ANEXO III**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 22/2016 – PROCESSO Nº 452/2016**

Declaramos para os devidos fins de comprovação junto ao Município de Patos de Minas, que cumprimos as disposições referentes ao Inciso XXXIII, do Artigo 7º da Constituição Federal.

Patos de Minas, ..... de ..... de .....

Razão Social do Licitante: .....

CNPJ: .....

Nome do Representante Legal: .....

Assinatura: .....

CPF: .....



**Município de Patos de Minas**  
**Secretaria Municipal de Administração**

**ANEXO IV – DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA**

**PREGÃO ELETRÔNICO N° 22/2016 - PROCESSO N° 452/2016**

A EMPRESA .....,  
....., sediada a Rua.....,  
n°....., Bairro....., CEP.....,  
em..... estado ....., inscrita no CNPJ sob n°  
....., neste ato representada pelo(a) Sr(a).  
....., portador(a) da Carteira de Identidade n°  
....., inscrito(a) no CPF sob n°.....,  
DECLARA, sob as penalidades da lei, que se enquadra como..... (MICRO EMPRESA?,  
EMPRESA DE PEQUENO PORTE?) nos termos do art. 3º da Lei Complementar n° 123 de 14 de  
dezembro de 2006, estando apta a fruir os benefícios e vantagens legalmente instituídas por não se  
enquadrar em nenhuma das vedações legais impostas pelo parágrafo 4º do artigo 3º da Lei  
Complementar n° 123 de 14 de dezembro de 2006.

Patos de Minas, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

Razão Social: .....

CNPJ.....

Nome Representante Legal .....

CPF .....

- Declaramos possuir restrição fiscal no(s) documento(s) de habilitação e pretendemos utilizar o prazo previsto no art. 43, § 1º da Lei Complementar 123/2006, para regularização, estando ciente que, do contrário, decairá o direito à contratação, estando sujeita às sanções previstas no art. 81 da Lei Federal 8.666/93.

**(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)**

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Representante Legal

CARIMBRO CNPJ OU PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA



## Município de Patos de Minas Secretaria Municipal de Administração

### ANEXO V – MINUTA DE CONTRATO

#### PREGÃO ELETRÔNICO Nº 22/2016 – PROCESSO Nº 452/2016

#### **MINUTA DE CONTRATO PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA IMPLEMENTAÇÃO DE NORMAS AERONÁUTICAS COM LEVANTAMENTOS, ESTUDO FUNCIONAL, SUPERVISÃO GERAL E PROJETO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE PERMITA O FUNCIONAMENTO REGULAR DO AERÓDROMO DO MUNICÍPIO DE PATOS DE MINAS “PEDRO PEREIRA DOS SANTOS” QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE PATOS DE MINAS E A EMPRESA/LICITANTE.....**

Aos ...dias do mês de .... do ano de ....., sede do Município de Patos de Minas, situada a Rua Dr. José Olympio de Melo, 151 – Eldorado, nesta cidade, compareceram de um lado, o Sr. Pedro Lucas Rodrigues, brasileiro, casado, empresário, CPF nº 534.206.326-49, residente e domiciliado à Rua Querino Fonseca, nº 221, Bairro: Nossa Senhora das Graças, no uso das atribuições que o permitem representar o Município de Patos de Minas, CNPJ nº 18.602.011/0001-07, e doravante designada simplesmente CONTRATANTE, e, de outro lado a Empresa/Licitante ....., CNPJ nº ....., estabelecida na cidade de .... na ....., que apresentou os documentos exigidos por lei, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) ....., CPF nº ....., nacionalidade ....., portador da Carteira de Identidade nº ....., órgão expedidor ....., daqui por diante, denominada simplesmente CONTRATADA e tem entre si, justo e contratado e celebram, por força do presente instrumento, elaborado de acordo com a minuta examinada pela Procuradoria Geral do Município, atendendo ao disposto no parágrafo único do art. 38, da Lei nº 8.666, de 21/Junho/1993, em conformidade com o constante do **Processo de Licitação nº 452/2016 e Protocolo nº 17071/2016 de 19 de outubro de 2016**, o presente CONTRATO, que reger-se-á pelas disposições da Lei Federal nº 8.666, de 21/Junho/1993 e alterações posteriores, Lei Federal nº 10.520 de 17/Julho/2002, Lei Estadual nº 14.167 de 10/Janeiro/2002, Decreto Municipal nº 3.401 de 06/dezembro/2010, mediante as seguintes cláusulas e condições:



## Município de Patos de Minas Secretaria Municipal de Administração

### CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

Contratação de serviços para implementação de normas aeronáuticas com levantamentos, estudo funcional, supervisão geral e projeto para prestação de serviços que permita o funcionamento regular do aeródromo do município de Patos de Minas “Pedro Pereira dos Santos”.

**Parágrafo primeiro** – A entrega/prestação do objeto/serviço obedecerá ao estipulado neste contrato, bem como as disposições constantes dos documentos adiante enumerados, que integram o Processo nº 452/2016, e que independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste contrato, no que não o contrariarem:

- a) PREGÃO ELETRÔNICO Nº 22/2016;
- b) Proposta e Documentos que o acompanham, firmados pela CONTRATADA e apresentados à CONTRATANTE.

**Parágrafo segundo** – O produto/serviço ora adquirido/contratado foi objeto de licitação, de acordo com o disposto na Lei 10.520/02 e subsidiariamente na Lei 8.666/93, sob a modalidade mencionada na alínea “a” do parágrafo 1.º desta cláusula.

### CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- a) Proporcionar todas as facilidades necessárias ao bom andamento da aquisição/prestação dos produtos/serviços licitados;
- b) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela licitante vencedora com relação ao objeto do presente contrato;
- c) Efetuar o pagamento nas condições e preços pactuados.
- d) Dar todas as condições necessárias ao bom desempenho do presente contrato.

### CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- a) Entregar/Prestar os produtos/serviços de acordo com o especificado neste Edital e seus anexos.
- b) Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela Contratante quanto ao objeto contratado;
- c) Entregar/Prestar os produtos/serviços no local e prazo estipulado;
- d) Substituir, no prazo de determinado por este Município, o objeto que esteja em desacordo com as especificações contidas no termo de referência, sem acréscimo de valor.
- e) Responsabilizar-se por todos os encargos sociais e trabalhistas que incidam sobre a execução do contrato;



## **Município de Patos de Minas**

### **Secretaria Municipal de Administração**

f) Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidente do trabalho, quando, em ocorrências da espécie, forem vítimas os seus empregados, durante a execução do contrato;

g) Responsabilizar-se por todas as obrigações e encargos que incidam, ou venham a incidir sobre terceiros, durante a execução do contrato;

h) Fornecer informações à Administração Municipal, sempre que lhes forem solicitadas;

i) Assumir inteira responsabilidade civil, administrativa e penal por quaisquer danos e prejuízos materiais ou pessoais causados por seus empregados ou prepostos, à contratante ou a terceiros, aplicando-se ao presente contrato a Lei nº 8.078 de 11/09/90, em especial os artigos 14 e 20;

j) Manter a sua condição de habilitada, durante todo o período de execução do contrato, renovando periodicamente os documentos fiscais junto ao Sistema de Cadastramento do Município de Patos de Minas;

k) Responsabilizar-se por todas as despesas diretas ou indiretas, tais como: salários, transportes, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, indenizações e quaisquer outras que forem devidas aos seus empregados, no desempenho do objeto ora licitado, ficando ainda, a CONTRATANTE, isenta de qualquer vínculo empregatício com os mesmos;

l) Cumprir fielmente o contrato/instrumento equivalente, zelar por sua boa execução, de modo que a entrega/prestação do produto/serviço seja realizada com esmero e perfeição e executar sob sua inteira responsabilidade até o seu término, vedada sua transferência a terceiros, total ou parcial.

m) Independentemente de transcrição, sujeitar-se às demais obrigações estabelecidas nos Termos de Referência/Projetos Básicos, neste Edital e seus anexos.

#### **CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA E EXTENSÃO**

O presente contrato vigorará da data de sua assinatura até **31/12/2016**, podendo ser prorrogado, de comum acordo entre as partes, de acordo com a Lei 8.666/93 e legislação correlata, por meio de termo aditivo.

#### **CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO**

A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total de R\$ \_\_\_\_\_  
(\_\_\_\_\_) pela entrega/prestação dos produtos/serviços, referente ao LOTE  
\_\_\_\_\_ ITEM \_\_\_\_\_.



## Município de Patos de Minas Secretaria Municipal de Administração

### CLÁUSULA SEXTA - DAS PENALIDADES

Pela inexecução total ou parcial da contratação, a Administração poderá garantir prévia defesa, aplicar a CONTRATADA a extensão da falta ensejada, as penalidades previstas no Art. 87, da Lei 8.666/93 e Art. 7º da Lei 10520/02, na forma prevista no respectivo instrumento licitatório.

O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela licitante vencedora, sem justificativa aceita pela Administração Municipal, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar, nas seguintes sanções:

a) multa compensatória no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do Contrato pela recusa em recebê-lo no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, após regularmente convocada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93.

b) advertência escrita pelo descumprimento de cláusulas contratuais;

c) multa de mora no percentual correspondente a 0,3% (três décimos por cento), calculada sobre o valor total do Contrato, por dia de inadimplência na entrega, até o limite de 03 (três) dias úteis, caracterizando inexecução parcial.

d) multa de mora no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do Contrato, pela inadimplência além do prazo acima, caracterizando inexecução total do mesmo.

e) multa até o percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do Contrato, pelo descumprimento de cláusulas contratuais.

f) suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração Municipal por prazo de até 05 (cinco) anos, nos casos de descumprimento de cláusulas contratuais; e

g) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a licitante vencedora ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada.

**Parágrafo único** - As penalidades aplicadas só poderão ser relevadas na hipótese de caso fortuito, força maior, devidamente justificadas e comprovadas a juízo da Administração.

### CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido de conformidade com o disposto nos artigos 77 a 80 da Lei 8.666/93.

**Parágrafo único** - Na ocorrência de rescisão, por conveniência administrativa, a CONTRATADA será notificada.



## Município de Patos de Minas Secretaria Municipal de Administração

### CLÁUSULA OITAVA - DA VALIDADE E PUBLICAÇÃO

O presente contrato terá validade e eficácia depois de publicado, por extrato, em órgão de imprensa oficial, de conformidade com o disposto no parágrafo único, do Art.61, da Lei 8.666/93.

**Parágrafo único** - Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação do extrato deste Contrato e de seus eventuais Termos Aditivos no órgão de imprensa oficial.

### CLÁUSULA NONA - DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização do contrato será exercida pelo Secretário Municipal de Infraestrutura, neste ato denominado fiscal, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução e que de tudo dará ciência a CONTRATADA (Art. 67 de Lei N.º 8.666/93).

**Parágrafo primeiro** - A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, ainda que resultantes de imperfeições técnicas (Art. 70, da Lei 8.666/93).

**Parágrafo segundo** - A CONTRATANTE se reserva o direito de rejeitar no todo ou em parte os veículos entregues, se em desacordo com o Contrato.

### CLÁUSULA DÉCIMA - DO PAGAMENTO

**Parágrafo primeiro** - O pagamento será efetuado em três parcelas iguais e sucessivas, após o processamento legal a ser realizado pela Administração Municipal obedecendo os critérios internos da CONTRATANTE, ressalva-se que a CONTRATADA somente poderá emitir a Nota Fiscal de serviço referente à primeira parcela e as demais, de 30 em 30 dias, conforme etapas dos serviços realizados e devidamente autorizado pela Administração Aeroportuária, após fiscalização e certificação das etapas concluídas. O Pagamento da última parcela dar-se-á com a conclusão dos serviços contratados, para a do PBZPA- Plano Básico de zona de proteção do Aeroporto Municipal de Patos de Minas “Pedro Pereira dos Santos”.

**Parágrafo segundo** - O pagamento pela prestação dos serviços contratados será realizado em até 30 (trinta) dias após apresentação das Notas Fiscais/Faturas devidamente atestadas pelo servidor ou comissão encarregada da conferência das mesmas e de acordo com a programação da Secretaria Municipal de Finanças.

**Parágrafo terceiro** - O CONTRATANTE somente efetuará o pagamento das faturas mediante a apresentação das quitações legalmente exigíveis ou que venham a ser exigidas por leis relativas a todo e qualquer encargo que se refira aos serviços prestados.



## **Município de Patos de Minas** **Secretaria Municipal de Administração**

**Parágrafo quarto** - Não será efetuado qualquer pagamento à CONTRATADA enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, inclusive a apresentação do demonstrativo da entrega/prestação dos produtos/serviços, de acordo com as obrigações estabelecidas na Cláusula Terceira.

**Parágrafo quinto** - Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, devidamente regularizados.

**Parágrafo sexto** - Somente serão efetuados os pagamentos, às Notas Fiscais Eletrônicas emitidas pela empresa participante do processo licitatório, ou seja, mesmo CNPJ, sob pena de rescisão de contrato ou instrumento equivalente.

**Parágrafo sétimo** - As Notas Fiscais deverão ser emitidas observando o número do CNPJ indicado pela empresa em sua proposta de preços (Anexo II do edital) e documentos apresentados para habilitação, conforme exigidos em edital.

**Parágrafo oitavo** - Os valores serão reajustados ou corrigidos monetariamente de acordo com as disposições da lei 10.192/2001 e, no que com ela não conflitarem, com as disposições da Lei 8.666/93.

### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS**

O desembolso se fará mediante rubrica da dotação orçamentária e conforme Disponibilidade Orçamentária e Financeira emitida pelo órgão responsável.

- **2190 – 2216 – 26.781.0024.339039 – 100.0000 – Manutenção do Aeroporto Municipal;**

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO**

Para dirimir todas as questões oriundas do presente Contrato, é competente o Foro da Comarca de Patos de Minas.

E, para firmeza e como prova de haverem, entre si, ajustado e contratado, foi lavrado o presente Termo de contrato, que depois de lido e achado conforme, é assinado, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, pelas partes CONTRATANTES, tendo sido arquivado no Município de Patos de Minas, com registro de seu extrato, e dele extraídas as cópias necessárias.

Patos de Minas, ..... de ..... de .....





**Município de Patos de Minas**  
**Secretaria Municipal de Administração**

**Pedro Lucas Rodrigues**  
**Prefeito Municipal**  
CONTRATANTE

CONTRATADA

Testemunhas:

.....

.....